

10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política - Ciência Política e a Política:
Memória e Futuro
Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.
Área Temática: Política Externa

**A FACE ECONÔMICA DOS ARRANJOS COOPERATIVOS INTERNACIONAIS: OS
CASOS IBAS e CPLP**

Autores: Ariane Cristine Roder Figueira, COPPEAD/UFRJ
Bernardo Frossard da Silva Rêgo, COPPEAD/UFRJ

RESUMO: A formação de arranjos cooperativos internacionais, com diferentes escopos e estruturas, tem sido crescente no sistema internacional contemporâneo. O Brasil tem participado com certa frequência desses grupos, compondo um quadro diplomático complexo, onde se convive e interage com blocos regionais, organizações internacionais, grupos e coalizões. Diante disso, o propósito deste artigo foi investigar os efeitos econômicos e financeiros provocados pelos arranjos cooperativos internacionais, observando particularmente, a partir da ótica brasileira, dois casos: o IBAS (Grupo Índia-Brasil- África do Sul) e a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Ressalta-se que a seleção dos casos foi em função desses grupos não terem em sua proposta originária objetivos de cunho de natureza essencialmente econômica, o que trouxe novos componentes para o debate.

Sendo assim, a metodologia empregada foi do estudo de dois casos, reunindo indicadores tanto quantitativos como qualitativos, fundamentados, sobretudo, nos relatórios oficiais do governo Brasileiro, das coalizões e de análises setoriais produzidas por entidades de classes. A análise evolutiva temporal foi realizada considerando o marco oficial da cooperação multilateral de cada um dos casos investigados.

O referencial teórico que deu suporte para a reflexão foram inicialmente os conceitos ensejados por Keohane, Nye apontando para um crescente processo de interdependência entre os Estados e Krasner dando o pontapé inicial para os debates sobre regimes internacionais. Ainda subsidiando esta análise, foi estabelecido um debate teórico, em que se abordam as principais definições sobre os arranjos cooperativos internacionais e seus impactos para a estrutura do sistema internacional contemporâneo e para o posicionamento dos Estados frente às diversas transformações. Complementar a essas visões, a literatura que explora novos mecanismos de inserção externa de países emergentes, através da diplomacia orientada para o eixo Sul-Sul ganhou destaque adicional neste estudo.

Os resultados encontrados apontaram para uma correlação positiva entre as duas variáveis investigadas, ou seja, em ambos os casos, houve um incremento das transações comerciais e financeiras entre os Estados-membros. No entanto, não pode se desprezar outros fatores que convergiram positivamente para esse resultado, como o investimento político brasileiro no estreitamento dos laços diplomáticos como países do eixo sul (coalizões sul-sul) e as condições macroeconômicas da última década, que colocaram o Brasil entre as 20 maiores economias do mundo (G-20).

Palavras-chave: arranjos; IBAS; CPLP; comércio.

1. INTRODUÇÃO

O sistema internacional contemporâneo vem ganhando contornos cada vez mais complexos e dinâmicos. O fenômeno da globalização provoca cada dia uma novidade nas relações internacionais, combinando fenômenos tradicionais, tais como conflitos interestatais típicos de um ambiente anárquico e assimétrico, com também arranjos cooperativos cada vez mais sofisticados e com modalidades diversas. Convivem, nesse contexto, organizações internacionais multilaterais, blocos de integração regional, coalizões permanentes e *ad hoc*, alianças estratégicas, entre outros aparatos, envolvendo governos e atores não-estatais.

Castells (2005) denominou esse emaranhado de circunstâncias de “sociedade em rede”, com estruturas horizontais e multifacetadas. Keohane e Nye (1998), por sua vez, batizaram o fenômeno de “interdependência complexa e assimétrica”, cuja correspondência residiria no fato de os Estados estarem mais dependentes uns dos outros, com custos recíprocos crescentes, porém em caráter assimétrico. Sendo assim, os mais fortes e privilegiados seriam capazes de inverter as negociações internacionais a seu favor em diferentes instâncias, o que, em outros termos, significa dizer que quanto maior o poder de um Estado no sistema internacional, mais ele será capaz de comandar a formação de regras multilaterais. O inverso também se observa, sendo que países com menor poder relativo tem menor capacidade de oferecer qualquer tipo de retaliação.

Nesse cenário, para fazer frente à assimetria de poder, as coalizões envolvendo países em desenvolvimento surgem como alternativas para viabilizar negociações do tipo centro-periferia, ou seja, a fim de buscar um formato mais equilibrado no sistema, os Estados menos favorecidos pela dinâmica tendem a cooperar uns com os outros na formação de coalizões internacionais, podendo avançar ou não para estruturas mais complexas de organização (NARLIKAR, 2003). Nesse contexto, como apontam Oliveira, Onuki e Oliveira (2006, p. 470) as potências intermediárias teriam “maior propensão, comparativamente a países de outro porte, em atuar como empreendedores políticos de coalizões no âmbito multilateral”. O Brasil enquadra-se nessa categoria de países, tendo participado e liderado com certa frequência esses grupos.

Diante do exposto e em busca de levantar informações mais detalhadas sobre fenômenos diplomáticos em curso e correlacionar dados empíricos ainda dispersos na literatura especializada e nos documentos, o propósito deste artigo é analisar os resultados econômicos e financeiros alavancados pelos arranjos cooperativos internacionais, observando, particularmente, a partir da ótica brasileira, dois casos: o IBAS (Grupo Índia-

Brasil-África do Sul) e a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Para tanto, algumas categorias foram selecionadas para análise dos dados documentais e bibliográficos em formato longitudinal, tais como: os acordos bi e multilaterais firmados entre as partes no campo econômico e financeiro; as taxas de intercâmbio comercial e o perfil da pauta exportadora; o grau de Investimento Direto Externo com a presença de multinacionais brasileiras nos países do grupo.

A justificativa para a seleção dos casos foi decorrente desses grupos não terem, em sua proposta originária, objetivos de natureza essencialmente econômica, o que trouxe novos componentes para o debate, já que, primeiramente, não foram identificados estudos que fizessem a análise conjunta desses dois arranjos cooperativos e, no formato individualizado, poucas pesquisas concentraram-se em observar os dados econômicos produzidos em caráter endógeno (intragrupo) (SCHOR e ONUKI, 2015; CNI, 2005; FERREIRA FILHO e CASTRO, 2012).

De forma adjacente, porém, tanto o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa têm sido objeto de reflexões diversas. Sobre o primeiro caso, em particular, diversos estudos têm focalizado o debate sobre o papel de potências médias na formação de arranjos cooperativos horizontais e na estruturação das preferências desses agentes frente a arquitetura internacional contemporânea (GUIMARÃES, 1998; RAMANZINI, MARIANO e ALMEIDA, 2015; LEITE, 2011, SARAIVA, 2007; LIMA, 2009) Há ainda aqueles estudos que tem procurado compreender a origem desse arranjo (IBAS), as singularidades desses países (FARIA, NOGUEIRA e LOPES, 2012) e as convergências de interesses entre eles, bem como a coerência entre as partes nos posicionamentos em organismos internacionais (OLIVEIRA, ONUKI e OLIVEIRA, 2006; MOURA, 2008).

Já sobre a CPLP, os objetivos recorrentes das pesquisas têm sido evidenciar o histórico do relacionamento diplomático do Brasil com os países africanos (PIMENTEL, 2000; RIZZI, 2016; SARAIVA, 2002), os acordos de cooperação técnica frutificados a partir da constituição do arranjo, os laços bilaterais com alguns dos Estados da África, tais como Nigéria, Angola e África do Sul (PENNA FILHO, 2008; PEREIRA, 2010) e do perfil de investimento brasileiro nessa região (SANTANA, 2003). Partindo desses debates, a questão de fundo que permeia toda a pesquisa é: se os arranjos cooperativos selecionados não têm, na sua essencialidade, objetivos de cunho econômico e financeiro, por que razão atribuir esse enfoque na análise dos resultados empíricos? Para subsidiar esse debate, buscou-se nos postulados teórico-conceituais do (neo) institucionalismo parâmetros para investigar se

as instituições, ao promover a coordenação das preferências, o aumento da previsibilidade de ação do outro Estado, a melhora no fluxo de informações e normas gerais viabilizando um ambiente mais estável, promoveriam a intensificação dos fluxos de comércio e investimentos entre as partes envolvidas.

North (1990), por exemplo, analisa o papel das instituições no cumprimento de duas tarefas principais: a redução dos custos de transação e os custos de processamento de informações necessárias para a tomada de decisões. Na mesma direção, Mudambi e Navarra (2002) destacam que a importância das instituições deriva do fato de que elas representam os principais fatores imóveis em um mercado globalizado. Assim, em um ambiente internacional caracterizado pela mobilidade de firmas e de fatores de produção, os sistemas jurídicos, políticos e administrativos tendem a ser o quadro internacionalmente imóvel cujos custos determinam a atratividade de uma localização. Desse modo, as instituições influenciam a capacidade das firmas de interagir e, portanto, afetam os custos de transação e de coordenação relativos à produção e à inovação

As características específicas das instituições, dessa maneira, moldam os incentivos enfrentados por empresas privadas e, em consequência, influenciam também o grau de investimento direto externo (MUDAMBI e NAVARRA, 2002). Essa narrativa vai ao encontro do que foi afirmado por Acemoglu, Johnson e Robinson (2004) ao enfatizar que o ambiente político, legal e institucional de um país determina a performance econômica do mesmo. Ademais, segundo Dumludag (2009) quanto mais fortes forem as instituições políticas, econômicas e sociais, maiores serão as taxas de crescimento econômico. Dessa forma, pode-se afirmar que cada organização é formada por seu próprio ambiente institucional interno, que consiste nas estruturas, sistemas e práticas estabelecidas anteriormente (MEYER e ROWAN, 1977), e pelo ambiente institucional externo, o qual partilha com muitas outras organizações (GRANOVETTER, 1985).

Desse modo, seguindo os rumos desse debate, o artigo na primeira parte procurou reconstruir as bases históricas da política externa brasileira que fomentaram a criação e o envolvimento do país em arranjos cooperativos do tipo Sul-Sul e, mais particularmente, nestes dois grupos, objetos de investigação (IBAS e CPLP). Na sequência buscou-se apresentar as particularidades de cada arranjo, sendo foco particular à análise das variáveis econômicas e financeiras supracitadas. Por fim, realizou-se uma análise integrando os dados e a literatura em destaque.

2. CONSTRUINDO PARCERIAS ESTRATÉGICAS: O BRASIL E OS DIÁLOGOS SUL-SUL

A conformação de arranjos cooperativos do tipo Sul–Sul (horizontal) emergem como resultados da dinâmica internacional pós-II Guerra Mundial, caracterizando-se, sobretudo, pela busca conjunta de países em desenvolvimento, através de uma pauta comum, por melhores resultados nas negociações internacionais multilaterais. Se, inicialmente, em meados do século XX (LEITE, 2011), arranjos dessa natureza tiveram o propósito de recompor a ordem do conflito global de Leste-Oeste (estabelecida em função da agenda de segurança) para o eixo Norte-Sul (priorizando a pauta do desenvolvimento), no cenário pós-Guerra Fria, esses arranjos foram pulverizados, rearranjados, diversificados, sendo constituídos por novas roupagens que passaram a permear os debates entre centro e periferia.

Esse movimento de estabelecimento de parcerias horizontais entre países em desenvolvimento foi experimentado pela política externa brasileira em diferentes momentos de sua trajetória e em formato descontínuo. Embora o principal objetivo de alavancar o desenvolvimento econômico do país tenha sido mantido ao longo dos últimos 50 anos, as estratégias visando alcançá-lo alteraram significativamente de governo para governo (SARAIVA, 2002), revelando, conseqüentemente, distinções no tratamento e na priorização atribuída pelo corpo diplomático aos países africanos e asiáticos, que tipicamente tiveram distantes do radar brasileiro.

Assim, ao discorrer sobre as perspectivas quanto ao relacionamento diplomático entre Brasil e África, Pimentel (2000), buscou dimensionar as oscilações presentes na história da política externa brasileira direcionada para essa região. Segundo ele, até o início da gestão de Jânio Quadros (1961) o continente africano esteve praticamente ausente na agenda diplomática do país, entrando na pauta como opção estratégica a partir da década de 1960, tendo sequência variada nos subseqüentes governos militares de Costa e Silva (1969), Médici (1971), Geisel (1974) e Figueiredo (1979). O autor aponta ainda que essa aproximação com o continente africano foi bastante seletiva na maior parte do tempo, sendo direcionada estrategicamente aos países produtores do petróleo, tais como: Nigéria e Argélia. Foi também entre as décadas de 1970 e 80 que o governo brasileiro abriu linhas de crédito específicas para financiar a internacionalização de empresas para a região, com destaque para as empreiteiras, cujos serviços eram permutados com petróleo, em formato de *countertrade*, ou seja, acordo que permitia o pagamento total ou parcial por meio de mercadorias. Santana (2003) também destaca que essa projeção positiva de negócios com a África e o aumento das exportações brasileiras para alguns países da região teve forte influência dos suportes oferecidos pelo Banco do Brasil e pelo Banco Real em seus relacionamentos com as agências bancárias locais. Além disso, segundo ele, o

envolvimento financeiro do Brasil no Fundo Africano de Desenvolvimento teria facilitado a participação de empresas brasileiras em concorrências públicas em alguns desses Estados africanos.

Outros países que receberam atenção especial do Brasil nesse período foram as antigas colônias portuguesas, em especial Angola. No entanto, como analisa Rizzi (2016), embora o Brasil buscasse interagir mais estreitamente com os países lusófonos da África, o relacionamento era, de certo modo, afetado pela posição dúbia mantida pela diplomacia em relação à descolonização desses Estados. Se por um lado levantava internacionalmente a “bandeira” da defesa à autodeterminação dos povos, o que significava que era contrário às relações coloniais ainda presentes na África, por outro, mantinha com Portugal (o colonizador), sob a égide do Tratado de Amizade assinado em 1953, uma parceria estratégica que de certo modo limitava uma postura mais assertiva a favor da independência das colônias. Essa postura, como aponta a autora, sofre significava mudança em 1974, momento em que houve a queda do governo português de Marcello Caetano com a Revolução dos Cravos, e quando a diplomacia brasileira, já sob o comando do presidente Geisel (1974-79), requalifica os eixos estruturadores da política externa do país, sendo, a partir daí, fundamentado o que se convencionou chamar de Pragmatismo Responsável. Foi, portanto, nesse contexto, que o Brasil passou a apoiar oficialmente o anticolonialismo e reconhecer a independência de diversas nações africanas, tais como Guiné Bissau (1974) e Angola (1975). Em linhas gerais, as diretrizes da política externa desse período continham:

Em primeiro lugar com os países que nos são vizinhos, e, em segundo, com os países do continente americano, da nossa fronteira marítima, dos países africanos e que essa projeção se lance sobre todos os países do mundo. [...] O Brasil não terá alinhamentos que não representem a defesa de seus interesses¹.

Essa aproximação do Brasil com países africanos de língua portuguesa foi acentuada no governo de Figueiredo, momento em que se firmaram inúmeros acordos bilaterais de cooperação técnica. Foi também nesse momento que o Brasil passou a envolver-se no movimento terceiro mundista através de coalizões em foros multilaterais, tais como o G-77, o Pacto Amazônico e o Grupo de Cartagena (RIZZI, 2016). Esse quadro, porém, é alterado de forma significativa no início dos anos 1990, quando internamente se assistia a restauração da democracia no Brasil e as tentativas de sair da recessão que assolou o país na década anterior. Um modelo de desenvolvimento mais liberal e alinhado aos ditames da globalização em curso, associados à priorização de aproximações estratégicas com Estados Unidos e Europa e com os países da América do Sul, através da criação do Mercosul,

¹ Discurso de Azeredo da Silveira, 1974.

redirecionaram a atenção do Brasil, sendo que os Estados africanos perderam destaque na agenda diplomática do país (SARAIVA, 1996).

Esse recuo, como destacado por Pimentel (2000), também foi sentido na expansão do setor corporativo para a África. Já não mais abastecidos pelos recursos de financiamento do Estado brasileiro, sem segurança sobre os investimentos, com o aumento do risco político da região, aliados ao desconhecimento técnico sobre as peculiaridades do continente, o empresariado retraiu suas ações, o que impactou naturalmente nas relações comerciais com os Estados africanos, que até o início do novo milênio mantiveram-se tímidas.

Isso não significou, porém, a ausência da África nos planos da política externa brasileira no decorrer da década de 1990. Gala (2003) reforça a ideia que nesse momento de recondução das agendas internacional e doméstica, resultantes das transformações sistêmicas do mundo pós-Guerra Fria, o Brasil passou a buscar um novo formato de inserção internacional, redirecionando esforços para África em campos específicos, tais como: nos debates multilaterais sobre meio ambiente, na desnuclearização da área com a consolidação da Zona de Paz do Atlântico Sul (ZOPACAS, 1986) e a Criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP, 1996), cujas bases haviam sido formatadas no governo de José Sarney, com a criação Instituto Internacional de Língua Portuguesa, em 1989.

Além desses movimentos de caráter multilateral, o Brasil, nessa fase, passou a reforçar laços diplomáticos com a África do Sul, considerada um polo importante no poder político e econômico regional, mas que havia ficado distante do radar brasileiro em função da política oficial de segregação de raças conhecida como *apartheid*, que vigorou no país até 1994. As relações bilaterais estabelecidas inicialmente na década de 1920 haviam sido abaladas em profundidade na década de 1970, como argumenta Penna Filho (2008), devido às posturas divergentes entre esses dois Estados no tratamento em relação às raças, à miscigenação e aos direitos humanos, que culminaram na aprovação pelo Brasil, em 1985, de um conjunto de sanções direcionadas à África do Sul (Decreto nº 91.524, de 9 de agosto).

Outro obstáculo diplomático vencido bilateralmente foi a questão da Namíbia, que se tornou independente em 1990, mas que havia sido alvo de ocupação pela África do Sul, sendo essa ação repudiada amplamente pelo Brasil nos foros internacionais. Essas relações tensas, contudo, começaram a melhorar com o fim do *apartheid* na África do Sul, culminando, em 1996, na primeira visita de um presidente brasileiro ao país, Fernando Henrique Cardoso (PEREIRA, 2010). Assim, países com trajetórias diferentes, mas como

problemas e potencialidades bastante convergentes, a partir desse novo contexto, intensificaram progressivamente o estreitamento diplomático bilateral nos mais diferentes campos de atuação, culminado, em 2003, na constituição de um arranjo cooperativo internacional de caráter horizontal (Sul–Sul) denominado IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Além desses, outros arranjos e coalizões foram criados envolvendo esses dois países, tais como: BRICS, BASIC, G-20 financeiro e G-20 comercial (OMC), o que tem demonstrado uma interseção de interesses estratégicos bilaterais em formato crescente.

Outro Estado inserido na construção do IBAS, objeto de análise particular deste artigo, é a Índia. As relações diplomáticas entre Brasil e Índia, não diferentemente da África do Sul, também foram intensificadas a partir da década de 1990, momento de rearranjos complexos no sistema internacional e de inauguração de uma nova era nas Relações Internacionais. Ambos os países passaram nessa fase por reformulações nas suas políticas e economias, envolvendo medidas mais liberalizantes e ações mais assertivas em relação à projeção para abertura de novos mercados internacionais (GUIMARÃES, 1998). Assim, a Índia, já no início da década de 1990, inseriu o Brasil e os demais países da América Latina em seu radar, projetando-os como potenciais parceiros comerciais. Até então, como apontado por Vieira (2007), os esforços comerciais eram bem direcionados e restritos a alguns setores, como as matérias-primas da indústria química.

A autora ainda destaca que um dos fatores de grande relevância na tomada de decisão da Índia para buscar uma aproximação comercial com o Brasil foi o fato de, após o regime do *apartheid* na África do Sul e a conseqüente reestruturação doméstica, o país passou a ser considerado como rota alternativa e mais econômica da Índia para o Brasil através de seus portos, reduzindo o trânsito de mercadorias de 25 para 22 dias. No relatório da CNI (2005), esse assunto do alto custo logístico entre Brasil e Índia foi considerado um dos principais limitadores do avanço dessa parceria comercial bilateral, havendo naturalmente uma perda de competitividade.

Sendo assim, à despeito das dificuldades retratadas, a partir de 1996, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, começou a haver também por parte do Brasil um estímulo ao desenvolvimento de negócios na Índia, sendo alavancadas especialmente as áreas de ciência, tecnologia e energias renováveis. Outros segmentos comerciais, porém, tem dificuldade de avançar, já que, segundo a CNI (2005), a oferta de produtos brasileiros não combina com as demandas indianas, o que inversamente também é verdadeiro, representando uma baixa complementaridade entre as economias.

Ademais, no que se refere ao campo multilateral e as temáticas de cunho político e estratégico, pode-se dizer que as convergências entre os dois países se fazem mais presentes quando comparada ao âmbito bilateral, como ocorrido na Rodada do Uruguai e, posteriormente, na construção da coalizão do G-20 no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Outra arena de especial destaque em que tanto Brasil quanto Índia detém liderança é no G-4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha), onde buscam uma reforma no Conselho de Segurança da ONU, objetivando ampliar os espaços e torná-los mais representativos dentro da nova configuração do sistema internacional contemporâneo. Assim, além da formação dessas coalizões em caráter *ad hoc*, há ainda arranjos cooperativos formais e permanentes em que esses dois países são partes constituintes, como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul, 2003) e o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, 2001) que, embora um esteja contido no outro, ou seja, arranjos de certo modo que se sobrepõem quanto a parte de seus membros, possuem objetivos e estruturas diferentes, assim como suas confecções seminais ocorreram em situações bastante diversas.

Em suma, Índia e Brasil são países com diferentes trajetórias históricas e com culturas bastante diversas, mas que de forma similar possuem um papel estratégico relevante e de grande influência geopolítica em suas respectivas regiões, não apenas pelo porte territorial, pela diversidade natural e pelo tamanho populacional, mas também com peso relevante na configuração do sistema internacional contemporâneo. Também conhecidos como potências médias, Brasil e Índia, assim como a África do Sul, ocupam um espaço na cena internacional diferente de países periféricos e não desenvolvidos, mas também distante da arena ocupada pelos Estados desenvolvidos (GUIMARÃES, 1998). O lugar do meio, que, de acordo com Keohane (1969), representam aqueles Estados intermediários que em formato isolado não tem capacidade de afetar o sistema internacional e que, por isso, cooperam e formam alianças e coalizões (*system-affecting states*). O autor ainda destaca que esse posicionamento também tem relação direta com o fator psicológico do estadista, ou seja, a percepção que ele atribui em relação ao seu país na conformação da dinâmica global.

De forma convergente, Saraiva (2007) e Soares de Lima (2010) atribuem ao Brasil e aos demais países do IBAS a função de *system-affecting* que, através da cooperação Sul-Sul, demonstram capacidade relativa de afetar o sistema internacional. Por outro ângulo, Fonseca (1998) releva que as potências médias podem ter, por um lado, um comportamento virtuoso, ao mobilizar a construção de pontes de diálogos entre os países do Norte (desenvolvidos) e do Sul (em desenvolvimento) ou, por outro, um comportamento de carona (*free rider*), ao se apropriar dos benefícios das grandes potências direcionadas aos países

mais fracos do sistema internacional nas negociações multilaterais globais em matérias diversas. O Brasil, caracterizado como potência média no sistema internacional, revelou-se, especialmente na última década, um empreendedor político na constituição de arranjos cooperativos de tipos diversos, com vistas a amplificar os diálogos do sul. Assim tanto o grupo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), quanto a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), são resultantes desse envolvimento.

2.1 CPLP: PARA ALÉM DE SUA PROPOSTA ORIGINÁRIA

Os países da CPLP estão conectados pelos hábitos, cultura, idioma, entre outros fatores advindos da colonização portuguesa; porém, estão distantes quando se consideram as trajetórias históricas, os ordenamentos domésticos e o papel desempenhado por eles no sistema internacional. Essas diferenças, contudo, não impediram que laços cooperativos entre as partes fossem constituídos. A aproximação inicial do Brasil com alguns desses países, por exemplo, começa a ocorrer antes mesmo do processo de independência das colônias portuguesas na África. Portugal, por sua vez, só vai experimentar uma reaproximação com suas ex-colônias no final da década de 1980, momento que propôs iniciar negociações para formação de um arranjo cooperativo entre os países lusófonos na modalidade de 2+5= 7 (RIZZI, 2016). Em outros termos, significava dizer, que Portugal fomentava um mecanismo que diferenciava seu país e Brasil dos demais PALOP (países africanos de língua portuguesa), o que não foi aceito pela diplomacia brasileira, que defendeu e teve sua proposta vitoriosa de garantir uma parceria multilateral igualitária entre as Partes de 7=7.

Esse mecanismo resultou, em um primeiro momento, no Instituto Internacional de Língua Portuguesa e, posteriormente, na constituição da CPLP em 1996, que fora lastreada por dois argumentos essencialmente de interligação entre os povos: a cultura e o Atlântico Sul. Sua formação foi constituída por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe e, mais tarde, pela adesão do Timor Leste. Desde então, os chefes de Estado passaram a se reunir a cada dois anos para avaliar os avanços e propor novos projetos para a comunidade. Embora esses encontros tenham acontecido com a regularidade planejada, a institucionalização do grupo ocorreu tardiamente, sendo formalizado o seu Estatuto apenas em 2007, mais de dez anos desde sua criação. Foi nesse documento que se definiu a operacionalização das diferentes áreas e traçaram-se os objetivos de forma mais clara, destacando, em linhas gerais, o papel a ser desempenhado pela Comunidade, tais como: concertação político-diplomática; cooperação

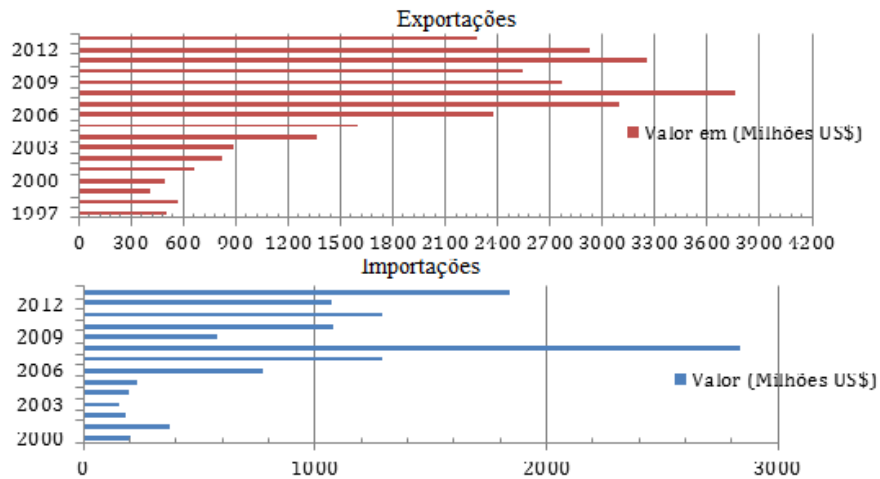
em todos os domínios e promoção de difusão da língua portuguesa (ESTATUTO CPLP, 2007).

No que tange a esse segundo eixo, particularmente, merece destaque a busca por uma aproximação entre os países em termos comerciais. O primeiro debate mais direcionado para essa área ocorreu em 2000, momento em que os Chefes de Estado, na declaração sobre “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”, comprometeram-se em desenvolver mecanismos para lidar com o mercado globalizado, afirmando o compromisso de erradicação da pobreza e da promoção do desenvolvimento sustentável. Esse movimento resultou, anos mais tarde, na instituição do Encontro entre Ministros do Comércio dos países da CPLP com o propósito de negociar medidas para promoção do intercâmbio comercial intragrupo. Nesse Encontro, de 2012, através da Declaração de Luanda, os Ministros apresentaram as linhas de ações:

- a) Focalizar a cooperação econômica e empresarial em “Clusters” e Setores de desenvolvimento de interesse comum aos Estados membros da CPLP, designadamente: Conhecimento (Investigação e Desenvolvimento); Novas Tecnologias; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Infraestruturas; Mar e Recursos Naturais; Energia e Turismo.
- b) Implementar medidas que permitam ultrapassar as dificuldades estruturais ao desenvolvimento do Comércio e Investimento em quatro vertentes fundamentais, que constituirão os eixos de cooperação econômica na CPLP: (i) melhoria do ambiente de negócios para a promoção do comércio; (ii) melhoria do ambiente de negócios para o investimento; (iii) capacitação institucional e empresarial; e (iv) melhoria dos mecanismos de financiamento.

Em 2016, o grupo de Ministros voltou a reunir-se, mas nenhuma medida concreta foi resultante do encontro, observando apenas o detalhamento das recomendações e metas anteriormente estabelecidas. Esse retardamento na evolução da agenda comercial na CPLP reflete-se, como pode ser observado no gráfico 1, nos resultados do intercâmbio comercial do grupo, que se apresentou de forma crescente, porém ainda limitados quando analisados globalmente.

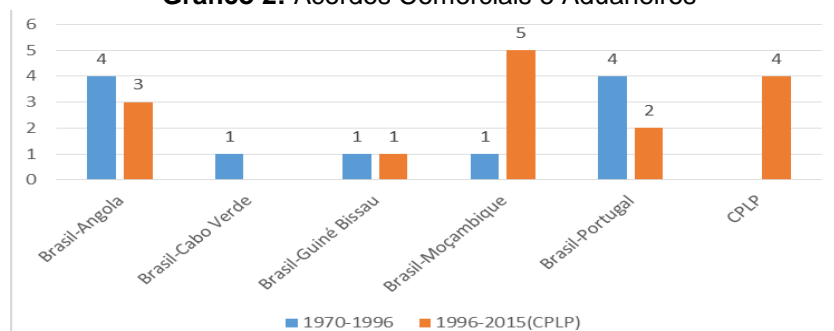
Gráfico 1: Exportações e importações brasileiras para os países da CPLP (1997-2013)



Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados da Alice Web

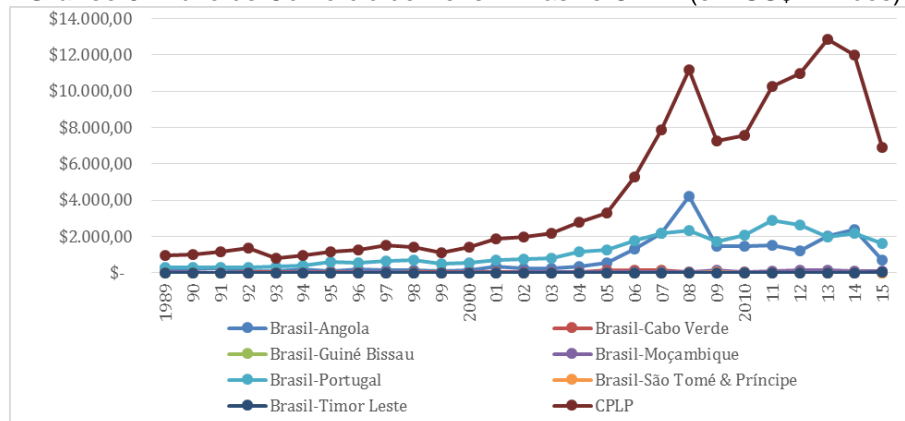
Os acordos comerciais de cunho bi ou multilateral não revelaram um crescimento substantivo de iniciativas regulatórias e de incentivo comercial entre as Partes, como observado no gráfico 2. O conjunto dos resultados comerciais bilaterais entre Brasil e demais países do grupo também não apresentaram resultados profícuos, exceto nos casos de Angola e Portugal, como revelados nos gráficos 3 e 4.

Gráfico 2: Acordos Comerciais e Aduaneiros



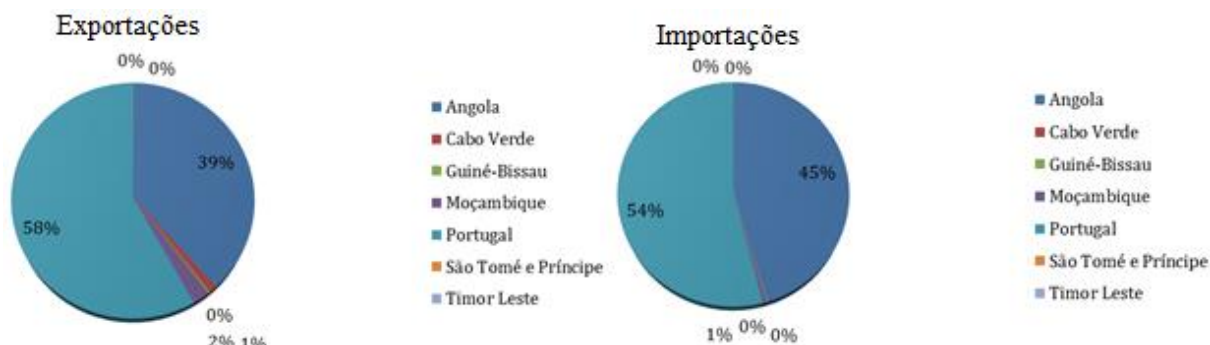
Fonte: Sistema de Atos Internacionais - dai-mre.serpro.gov.br

Gráfico 3: Fluxo de Comércio de Bens – Brasil e CPLP (em US\$ Milhões)



Fonte: UN Comtrade - <http://comtrade.un.org/data/>

Gráfico 4: Exportações e importações bilaterais – 1997-2015 U\$ (Brasil e membros da CPLP)



Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados da Alice Web

Assim, Angola e Portugal revelaram-se como os dois principais parceiros comerciais do Brasil no âmbito da CPLP. Segundo dados do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty divulgados em 2012, há mais de 40 empresas brasileiras que atuam em solo angolano, por exemplo, sendo a principal delas a Odebrecht, que está no país há 25 anos. Outras empreiteiras como Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão também firmaram presença nesse país, aproveitando-se, sobretudo, das linhas de crédito especiais abertas pelo BNDES para Angola, sobretudo, direcionadas a obras de infraestrutura. As demais empresas, segundo a Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola, estão distribuídas em diversos setores, dentre os quais destacam-se: agroindústria, agropecuária, alimentação industrial, comércio geral varejista e atacadista, comunicações, concessionária de veículos, construção civil, mineração, navegação marítima, petróleo, entre outras. Em relação às exportações a pauta comercial brasileira para Angola é bastante restrita, estando dentre os principais produtos açúcar e carne. Em direção oposta, Brasil compra de Angola propanos e butanos liquefeitos e vidros de segurança e temperados (MRE, 2012b).

Já em relação a Portugal, os dados comerciais bilaterais são mais expressivos quando comparado aos demais países, tendo em vista a parceria histórica existente entre ambos. Nas exportações brasileiras destacam-se os produtos agrícolas, alimentícios e os combustíveis minerais. Já nas importações, a pauta está concentrada em minérios de cobre, peixes, frutas, cimentos hidráulicos, azeites, vinho, fios de ferro e aços. A presença de empresas brasileiras em Portugal é grande quando comparada aos demais países do grupo, sendo este país considerado pelos empresários, na maior parte das vezes, como “porta de entrada” para Europa, devido a menor distância psíquica. Dentre essas empresas estão: Embraer, WEG, Companhia Siderúrgica Nacional, Marcopolo, Odebrecht; Camargo Corrêa; Andrade Gutierrez e a Haco (MRE, 2013).

Os principais produtos da pauta de exportações brasileiras para Cabo Verde tem sido açúcar, carnes, café e ferro. Já as importações têm se concentrado em “relés para tensão

até 60 volts, teclados para máquinas automáticas de processamento de dados, condensador fixo com dielétrico de cerâmica” (MRE, 2012c). Já para Guiné Bissau a pauta de exportações está recorrentemente concentrada em: açúcar, farinha láctea, tratores, ovos e carnes. Nas importações estão a castanha de caju, os óleos essenciais e os circuitos integrados monolíticos. Para São Tomé e Príncipe e Timor Leste, as exportações e as importações são muito pequenas e com ocorrências esporádicas (MRE, 2012f).

Para Moçambique, exceto à venda de aviões, a pauta exportadora segue um padrão próximo aos demais países do grupo, concentrados em produtos primários, tais como: carnes, trigo, ferro, aço e óleo de soja. As importações, por sua vez, estão direcionadas em geral para produtos químicos. A diferença, nesse caso, está na presença crescente de empresas brasileiras no país, com destaque para as empreiteiras e mineradoras, envolvidas em obras estratégicas em Moçambique, tal como o Corredor Logístico Integrado de Nacala (MRE, 2012c). Nesse caso, como apontam Ramanzini, Mariano e Almeida (2015), um dos fatores que beneficiou esse maior investimento no país foi, primeiramente, o perdão da dívida externa de alguns países africanos concedidas pelos governos Lula (2003) e Dilma (2009) e, depois, pela presença de linhas específicas de financiamento do BNDES tanto para Angola como para Moçambique. Sendo assim, embora não seja possível concluir que o comércio intra-CPLP seja expressivo, é possível evidenciar que as ações de incentivo do governo nessa direção, seja via apoio diplomático, técnico e financeiro apresentaram-se como positivas para o comércio, especialmente quando observados os casos de Angola e, mais recentemente, Moçambique. Nessa mesma direção de promoção e facilitação do comércio, destaca-se também o movimento do setor privado que, organizados através da Confederação Empresarial da CPLP, criada desde 2004, vem buscando desempenhar um papel de facilitador dos negócios, objetivando alavancar o intercâmbio comercial endógeno (intragrupo).

2.2 IBAS: DOS RESULTADOS ECONÔMICOS ENDÓGENOS AO ARRANJO COOPERATIVO TRILATERAL

Sobre o processo de incubação do IBAS, vários autores (VIEIRA, 2007; MOURA, 2008; MUKHERJEE, 2009; PEREIRA, 2010) destacam alguns eventos conjunturais e outros estruturais que possibilitaram a formação do arranjo trilateral entre Brasil, Índia e África do Sul. Recuperando a década anterior que precede a constituição do IBAS, é possível observar que a reaproximação político-diplomática do Brasil com ambos países ganha novo formato já em meados da década de 1990, com objetivos, sobretudo, de cunho comercial, com a abertura de novos mercados internacionais e diversificação de parcerias. Vale notar

também que esses países apresentavam graus de convergências nos posicionamentos externos em diferentes foros multilaterais, o que, de certa maneira, auxiliou no processo de aproximação, como no caso do contencioso comercial da quebra de patentes brasileiras sobre medicamentos contra HIV, dos quais Índia e África do Sul foram partes apoiadoras (BUSS e FERREIRA, 2009); além de apresentarem-se como centrais no foro de debate do G-20 da OMC.

Ademais, a Índia envolveu já em 1996 de forma indireta a África do Sul nas relações bilaterais com o Brasil, tendo em vista o acordo estabelecido para utilização de seus portos no trânsito marítimo de mercadorias entre Brasil e Índia. Outro ponto que cabe destaque, aventado pelo presidente sul-africano Mbeki, em 2001, foi a constituição de um grupo de países constituídos por África do Sul, Brasil, Índia, China e Arábia Saudita, com o propósito de serem interlocutores dos países do Sul com os Estados do G-8 (MOURA, 2008; PEREIRA, 2010). Essa proposta não seguiu adiante devido às transformações da cena internacional após os atentados de 11 de setembro de 2001, momento em que as atenções do mundo voltaram-se para agenda de segurança. O propósito de unir forças entre potências emergentes, buscando maior peso e espaço nos diálogos internacionais, embora não tenha evoluído nesse primeiro momento, avançou em seguida, em formato um pouco diferente, mas com propósitos convergentes à iniciativa anterior. Nesse contexto, nasce o IBAS, em 2003, em reunião com os três chefes de Estados de Brasil, Índia e África do Sul:

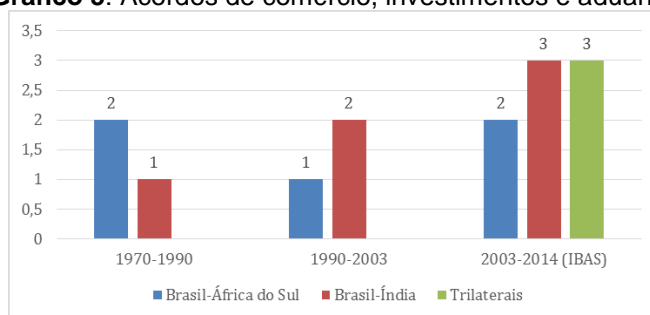
Art. 2. Este constituiu um encontro pioneiro de três países com democracias vibrantes, de três regiões do mundo em desenvolvimento e atuantes em escala global, com o objetivo de examinar temas da agenda internacional e de interesse mútuo. Nos últimos anos, notou-se a importância e a necessidade de diálogo entre países e nações em desenvolvimento do Sul. (IBAS, 2003).

Nesse sentido, como destacam Faria, Nogueira e Lopes (2012) dentre as principais frentes de atuação objetivada pelo IBAS estão: (i) os desafios comuns da globalização; (ii) a reforma do sistema internacional; e (iii) o diálogo sobre governança nacional. Nessa mesma direção, Pereira (2010) destaca que os eixos da atuação trilateral podem se dividir em duas frentes: na relação dos países com os demais Estados e organismos internacionais; e na relação interna entre os membros do grupo.

Sobre o eixo referente ao posicionamento externo desses Estados, Oliveira, Onuki e Oliveira (2006), após a análise de inúmeras votações em arenas multilaterais, apontam para os diferentes graus de convergência geradas pela coalizão nas diversas agendas globais, tendo algumas frentes de atuação demonstrado um aumento significativo dessa conformação de interesses após a constituição do grupo, tal como na área comercial.

No formato endógeno (intragrupo), porém, a integração do grupo na arena comercial vem sendo apontada como pouco explorada pela iniciativa diplomática trilateral e pelo empresariado (CNI, 2005), embora com possibilidades de crescimento, se adequadamente direcionada (SCHOR e ONUKI, 2013). O número de acordos na área de comércio e investimentos, com objetivo de regular e promover ações nessa área, ainda são baixos, como pode ser observado no gráfico 5. Por outro lado, do conjunto ainda escasso de acordos, há grandes expectativas direcionadas ao acordo de livre comércio negociado entre MERCOSUL-Índia-SACU que, uma vez viabilizado, poderá promover e trazer grandes retornos para o comércio Sul-Sul (FARIA, NOGUEIRA e LOPES, 2012), muito embora o acordo de livre comércio entre Índia e Mercosul, em vigor desde 2009, não tem se revelado diferencial no que se refere à potencialização das relações comerciais desde então.

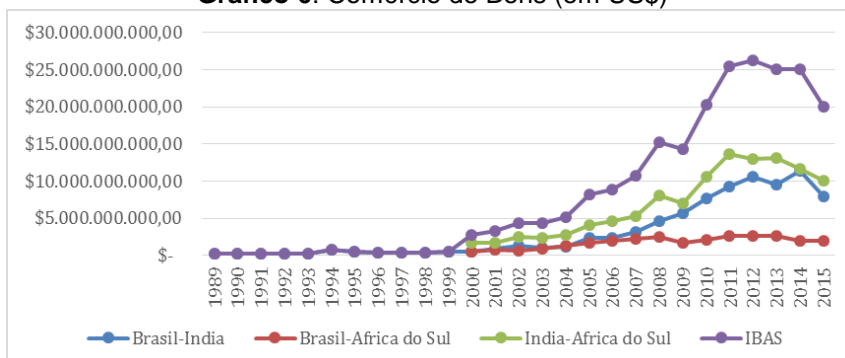
Gráfico 5: Acordos de comércio, investimentos e aduanos



Fonte: produzido pelos autores com base nos dados do Sistema de Atos Internacionais - MRE

Já quando se observa em formato longitudinal os dados referentes ao comércio de bens é possível ver uma melhora significativa nos indicadores após a constituição do grupo. O indicador que não demonstra crescimento nesse seguimento é na relação bilateral entre Brasil e África do Sul que se mantém em um patamar médio de estabilidade.

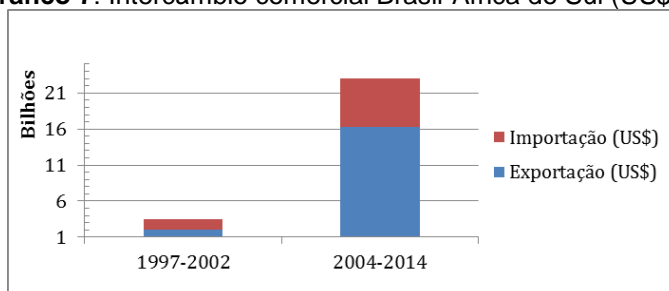
Gráfico 6: Comércio de Bens (em US\$)



Fonte: UN Comtrade - <http://comtrade.un.org/data/>

Pela perspectiva brasileira, também houve um salto significativo no intercâmbio comercial entre as partes do IBAS, como apontado no relatório de comércio exterior, divulgado pelo MRE em 2014, em que se destaca um crescimento de 722% do comércio intra-IBAS de 2002 a 2013, ao passo que o intercâmbio comercial do bloco com o Mundo foi de 398%, no mesmo intervalo (MRE, 2014). Nessa mesma direção, como pode ser observado no gráfico 7, a criação do IBAS apresentou-se como ponto de inflexão nas relações comerciais trilaterais, demonstrando avanços desde então.

Gráfico 7: Intercâmbio comercial Brasil-África do Sul (US\$ bi)



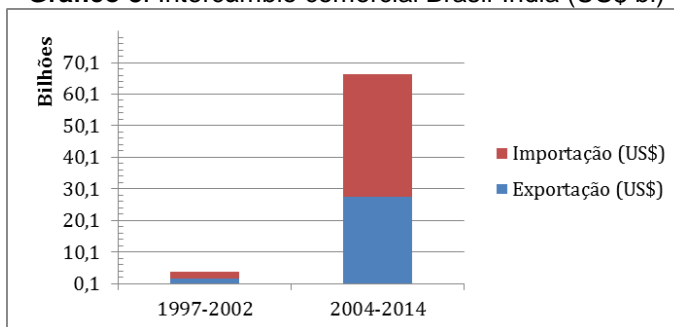
Fonte: Produzido pelos autores com base nos dados apresentados na Alice Web, 2014

A pauta exportadora brasileira, porém, ainda se mantém bastante concentrada, sendo que 94% deste comércio envolve apenas 100 produtos principais (SCHOR e ONUKI, 2013), dos quais destacam-se: “i) pedaços e miudezas, comestíveis de galo, frango, galinha, congeladas (...); ii) outros veículos automóveis com motor de explosão (...); iii) açúcar refinado de cana/beterraba (...); iv) bulhão dourado, para uso não monetário (...)” (MRE, 2012). Sobre as importações brasileira da África do Sul, Schor e Onuki (2013) observaram que com o passar dos anos avançou o grau de concentração de produtos também nessa direção, passando de 79% em 2001 para 85% em 2011. Os principais produtos desta lista são: “Hulha antracita, não aglomerada; ii) herbicidas” (MRE, 2012).

Sobre o comércio bilateral Brasil-Índia, o mesmo também se apresentou em crescimento, quando os dados são comparados nos períodos pré e pós-criação do grupo (2003). Nesse caso, porém, diferentemente da África do Sul, o saldo é negativo para o Brasil, ou seja, o país mais importa do que exporta para Índia. Quando se observa a característica da pauta, verifica-se também um alto grau de concentração do comércio em poucos produtos, embora com tendência a desconcentração, tal como apresentado por Schor e Onuki (2013), que relevam uma concentração em 100 produtos de 99% das exportações brasileiras para Índia em 2001, enquanto em 2011 esses 100 produtos representaram 94% do total. Na comparação desses mesmos dois momentos, as exportações da Índia para o Brasil também seguiram a tendência a desconcentração, passando de 94% do total em 2001, para 86% em 2011.

Dentre a lista de principais produtos exportados do Brasil com destino a Índia estão o petróleo, os minérios de cobre, óleo de soja e açúcar. Já a Índia exporta para o Brasil “diesel, coque de hulha, lignito ou turfa, fios de poliéster e polipropileno” (MRE, 2012d).

Gráfico 8: Intercâmbio comercial Brasil-Índia (US\$ bi)



Fonte: dados produzidos pelos autores com base nos dados da Alice Web, 2014

Espelhando as principais exportações brasileiras para esses países, tem-se, na tabela a seguir, as principais empresas brasileiras com participação nos mercados da Índia e da África do Sul.

Tabela 1: Principais empresas com participação comercial na Índia e na África do Sul

Petrobras	Embraer	Vale	Gerdau	Suzano
Arcelormittal Brasil	Cooperativa dos Produtores de Cana de Açúcar	Usiminas	General Motors Brasil	Volkswagen Brasil
Souza Cruz	Weg	Scania	Cargill	BRF
JBS	Cosan	Man Latin	Catterpillar	Marcopolo

Fonte: produzido pelos autores com base em MRE, 2012; 2012d.

Nota-se, desse modo, a preponderância de empresas do setor de automotivos, cana de açúcar, alimentos derivados de aves e minérios, mostrando a conformidade com os principais produtos da pauta de exportação. Nesse âmbito, destaca-se a presença da Marcopolo em uma *joint-venture* com a Tata Motors, próximo a Bangalore, na Índia. Apesar dessa presença, os índices de Investimento Direto Externo do Brasil nesses países são baixos. De acordo com dados do Banco Central², a África do Sul aparece na 36ª posição no ranking de IDE, com um total de US\$ 179 milhões entre 2006 e maio de 2016, ao passo que a Índia consta no espaço destinado a “demais países”, ou seja, é irrelevante quando visto em conjunto com a totalidade dos investimentos.

Esse comportamento é corroborado pelo baixo grau de complementaridade entre as economias, majoritariamente *commoditizadas*. Há alguns setores, entretanto, que fogem a essa regra, segundo Carneiro (2012), os de média tecnologia e de manufaturas intensivas em recursos são os que merecem destaque. Essa situação se reflete no Fórum Empresarial

² <http://www.bcb.gov.br/> acessado em junho de 2016.

do IBAS, que ocorre em paralelo aos encontros do IBAS. Assinado em 2005, as prioridades comerciais exploradas compreendem os serviços financeiros e os setores de mineração, farmacêutico, de saúde, de agricultura, de energia, de tecnologia da informação, de infraestrutura, de turismo, automotivo, marítimo e de aviação³. Além disso, há o apoio para a criação da zona de livre comércio entre Mercosul-Índia-SACU. Por outro lado, parece que os esforços do Fórum estão estagnados, assim como do próprio IBAS, visto que a última reunião ocorreu em 2011 e a que estava marcada para 2013 não ocorreu.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou os aspectos econômico-financeiros de dois arranjos internacionais cooperativos através da ótica brasileira: o IBAS e a CPLP. Para isso, tendo como base o conceito de interdependência entre Estados (KEOHANE e NYE, 1998), debruçou-se sobre documentos e artigos a respeito desses arranjos, além de dados quantitativos de comércio, proporcionando uma análise longitudinal dos casos. Como resultado, encontrou-se uma relação positiva, em ambos os casos, entre o arranjo e o incremento do comércio. Nesse caso, pode-se afirmar que, apesar da natureza não-econômica dos arranjos, eles apresentam resultados comerciais, ou seja, há o transbordamento da relação para transações econômicas. No entanto, não se pode ignorar outros fatores que podem ter influenciado esse resultado, como o investimento político brasileiro no estreitamento dos laços diplomáticos com países do eixo sul (coalizões sul-sul) e as condições macroeconômicas da última década, que colocaram o Brasil entre as maiores economias do mundo (G-20).

A partir deste estudo, propõe-se, então, que sejam investigados, de forma mais profunda, o comércio do Brasil com esses países, a fim de analisar a atuação de empresas brasileiras, a complementariedade econômica, bem como oportunidades e se o quanto e como o papel do Estado, mediante acordos, arranjos e outros instrumentos, foi importante para esse movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. *Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth*. National Bureau of Economic Research. Working Paper Series, Massachusetts, Cambridge: National Bureau of Economics Research, n. 10.481, 2004.

³ IBAS. IBSA Trade and Investment Working Group. Disponível em <http://www.ibsa-trilateral.org/>. Acessado em junho de 2016.

- BUSS, P.; FERREIRA, J. IBAS: coordenação e cooperação entre países em desenvolvimento. In: *III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: O Brasil no mundo que vem aí*. Seminário IBAS. Brasília: Funag, p. 63-80, 2009.
- CARNEIRO, F. Complementaridade da pauta e oportunidades de aproximação comercial do Brasil com os demais BRICS. *Boletim de Economia e Política Internacional*, IPEA, 2012.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. 8ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- COMUNIDADES DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). *Estatuto*. CPLP, 2007.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *O Potencial de Comércio entre Brasil e Índia: um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa*. Brasília, 2005.
- DUMLUDAG, D. An analysis of the determinants of foreign direct investment in Turkey: the role of the institutional context. *Journal of Business Economics and Management*, v. 10. n. 1, p. 15-30, 2009.
- FARIA, C.; NOGUEIRA, J.; LOPES, D. Coordenação Intragovernamental para a Implementação da Política Externa Brasileira: O Caso do Fórum IBAS. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 1, p. 173-220, 2012.
- FERREIRA FILHO, J.; CASTRO, T. O papel das instituições formais e informais no crescimento econômico: Brasil, Rússia, Índia e China em perspectiva comparada. In: *Seminário sobre pesquisas em relações econômicas internacionais*. Brasília: Funag, p. 165-199, 2012.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, n. 91, p. 481-510, 1985.
- GALA, I. Perspectivas das relações do Brasil com o mundo lusófono. In: REBELO, A., FERNANDES, L. e CARDIM, C. H. (Orgs.) *Seminário Política Externa do Brasil para o século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 357-369, 2003.
- FONSECA, G. Mundos Diversos, Argumentos Afins: Notas sobre Aspectos Doutrinários da Política Externa Independente e do Pragmatismo Responsável. In: FONSECA, G. (org.). *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, p. 293-352, 1998.
- GUIMARÃES, S. Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 41, v. 1, p. 109-132, 1998.
- IBAS. *Declaração de Brasília*. IBAS, 2003.
- KEOHANE, R. Lilliputians' Dilemmas: small states in international politics. *International Organization*, v. 23, n. 2, p. 291-310, 1969.
- KEOHANE, R.; NYE, J. *Poder e interdependência. La política mundial en transición*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998.
- LEITE, P. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: FUNAG, 2011.
- LIMA, M. De. A iniciativas IBAS e a cooperação Sul- Sul: desafios intelectuais e possibilidades políticas. In: *Brasil, Índia e África do Sul*. São Paulo, Paz e Terra, 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Guia de negócios: África do Sul*. MRE, 2012.

_____. *Com exportar: Angola*. MRE, 2012b.

_____. *Guia de negócios: Cabo Verde*. MRE, 2012c.

_____. *Como exportar: Índia*. MRE, 2012d.

_____. *Guia de negócios: Moçambique*. MRE, 2012e.

_____. *Guia de negócios: São Tomé e Príncipe*. MRE, 2012f.

_____. *Com exportar: Portugal*. MRE, 2013.

_____. *Relatório de comércio exterior*. MRE, 2014.

MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MOURA, G. O Diálogo Índia, Brasil, África do Sul–IBAS: Balanço e Perspectivas. In: MRE, *III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: O Brasil no mundo que vem aí*. Brasília, FUNAG, p. 7-30, 2008.

MUDAMBI, R.; NAVARRA, P. Institutions and international business: a theoretical overview. *International Business Review*, v. 11, n. 6, p. 635-646, 2002.

MUKHERJEE, A. IBSA: Overview and Perspectives. Historical Roots of the Common Challenges of India, Brazil and South Africa. In: *III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: O Brasil no mundo que vem aí*. Seminário IBAS. Brasília: Funag, p.111-126, 2009.

NARLIKAR, A. *International Trade and Developing Countries: Bargaining Coalitions in the GATT e WTO*. London: Routledge, 2003.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, A. J.; ONUKI, J; OLIVEIRA, E. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. *Contexto Internacional*, v. 28, n. 2, p. 465-504, 2006.

PENNA FILHO, P. *O Brasil e a África do Sul: o arco atlântico da Política Externa Brasileira (1918- 2000)*. Porto Alegre: CESUL-FUNAG/MRE, 2008.

PEREIRA, A. As relações entre África do Sul e Brasil: do impacto da globalização à constituição do IBAS. *Século XXI*, v. 1, n. 1, p. 85-106, 2010.

PIMENTEL, J. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43, n. 1, p. 5-23, 2000.

RAMANZINI JR, H.; MARIANO, M.; ALMEIDA, R. As diferentes dimensões da cooperação sul-sul na política externa brasileira. In: RAMANZINI JR., H.; AYERBE, L. F. (Orgs.). *Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 15-52, 2015.

RIZZI, K. Relações Brasil-PALOP: 40 anos de cooperação para o Desenvolvimento no Atlântico Sul (1974/75-2015). *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v.1, n.1, p. 143-167, 2016.

SANTANA, I. O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 1970 a 1990. *Contexto Internacional*, v.25, n.1, p. 139-195, 2003.

SARAIVA, J. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora da UnB, 1996.

_____. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 45, n. 2, p. 5-25, 2002.

SARAIVA, M. As estratégias de cooperação Sul- Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v.50 n. 2, p. 42-59, 2007.

SCHOR, A.; ONUKI, J. Política externa brasileira e a coalizão IBAS: comércio e inserção internacional. In: RAMAZINI JR., H.; AYERBE, L. F. (Org.). *Política externa brasileira, cooperação Sul-Sul e negociações internacionais*. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 115-140, 2015.

SOARES de LIMA, M. *Tradição e inovação na política externa brasileira*. Working Paper n. 3, Plataforma Democrática, julho de 2010.

VIEIRA, M. *Relações Brasil-Índia (1991-2006)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, UFRGS, 2007.